



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Área temática: **Teoria Política**

Trabalho:

**TRANSFORMISMO, HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE NO
PENSAMENTO DE A. GRAMSCI**

Autora:

Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira
Professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade
Federal da Paraíba, Brasil.

Transformismo, hegemonia e subalternidade no pensamento de A. Gramsci.

Resumo

É possível afirmar que nos textos pré-carcerários dedicados à reflexão da chamada “questão meridional” e nos *Quaderni del Carcere*, em especial no interior da reflexão sobre o *Risorgimento*, A. Gramsci lançou luz sobre os caminhos trilhados pelo recém criado Estado italiano para manter o conjunto das “classes subalternas” – principalmente no *Mezzogiorno* – sob o domínio restrito de suas elites. Antes de abordarmos diretamente este que é o tema central do presente artigo, contudo, devemos esclarecer o que entendemos pelo termo “classes subalternas”, ou, mais especificamente, pela categoria “subalterno”. Como chamou atenção J. Buttigieg (“Sulla categoria gramsciana di ‘subalterno’”, in BARATTA, G.; LIGUORI (org.). *Gramsci da un secolo all’altro*, Roma: Editori Riuniti, 1999), esta categoria é ainda hoje pouco estudada, principalmente se comparada a outros conceitos gramscianos, como hegemonia, sociedade civil, revolução passiva, entre outros, que passaram a integrar de modo definitivo o vocabulário fundamental das ciências humanas. O par temático hegemonia/ subalternidade, um dos principais eixos de reflexão posterior feita pelo autor no cárcere, ganha, contudo, um novo impulso e dimensão internacional principalmente em função dos recentes *Subaltern Studies*, que trazem novamente a “questão meridional” para o cerne das investigações.

Este interesse renovado pelo estudo da categoria subalterno tem colocado em relevo sua contribuição e sua importância no interior do edifício teórico gramsciano. Ela oferece de fato um adensamento à análise das classes e grupos sociais na medida em que permite qualificar não apenas a relação entre os grupos, mas a qualidade desta relação. Como ressalta Liguori (“Tre accezioni di ‘subalterno’ in Gramsci”. *Critica Marxista*, Roma, n. 6, 2011) o par conceitual “hegemônico/ subalterno nos oferece categorias mais amplas que as marxistas clássicas (burgueses/ operários)” na medida em que “entrelaça melhor a posição social e a subjetividade, o dado estrutural e o dado cultural e ideológico”. Neste sentido, esta categoria não pode ser entendida como uma negação ou uma crítica à teoria marxista das classes, pelo contrário, ela será tanto mais frutífera quanto mais articulada estiver à análise marxista das classes.

Outro aspecto importante a ser notado é que a categoria de “subalterno” é uma categoria relacional. No pensamento gramsciano a subalternidade não é compreendida como uma qualidade intrínseca, como uma essência estática de qualquer sujeito ou grupo, mas, ao contrário, ela consiste em uma categoria relacional, isto é, que define sujeitos sociais submetidos, seja cultural, política-ideológica e/ou economicamente, a uma relação de subordinação, dominação ou opressão. Destarte,

esta categoria só pode ser definida a partir das relações de poder na qual os sujeitos estão inseridos. Neste sentido afirma Peter Thomas (“Cosa rimane dei subalterni alla luce dello ‘Stato integrale’”. *International Gramsci Journal*, 1(4), 2015, p. 90): “os grupos sociais subalternos não existem simplesmente como tais; eles são produzidos ativamente no interior das relações dialéticas do Estado integral”. Assim sendo, definir os grupos ou classes subalternas implica em definir o complexo de relações de forças nas quais estas agem e sofrem a ação dos grupos dominantes.

Nossa proposta neste artigo se concentra, portanto, em analisar a relação hegemônica específica que se desenvolve na Itália risorgimental por meio da revolução passiva (de acordo com Gramsci, revolução passiva define o longo processo de transformações do Estado em sentido capitalista sem, contudo, alterar significativamente a composição das classes no poder, isto é, com a permanência de elementos feudais e regressivos no aparelho de Estado), colocando em relevo uma de suas formas históricas – o transformismo (Cf. GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, 2007, p. 962). Neste sentido, pretendemos nos concentrar nas relações estabelecidas entre as elites dominantes (principalmente os intelectuais meridionais) e o conjunto das classes subalternas. Nosso intuito consiste em lançar luz sobre os mecanismos utilizados pelas classes dominantes risorgimentais para a reprodução reiterada da subalternidade. Neste sentido, recorreremos ao contexto histórico italiano para mostrar como a prática do transformismo nasce no interior do parlamento e se torna “verdadeiro fundamento estrutural da vida política nacional”.

Logo após a unificação, o parlamento enfrenta uma forte crise, um crescente sentimento de antiparlamentarismo animado pelas evidências de corrupção e corporativismo das suas lideranças, pela centralização burocrática e pela pouca participação popular na política institucional. Esta crise no parlamento se expressa por meio de um novo vocabulário que surge entre seus críticos. O termo “*transformismo*” passa a ser frequente neste vocabulário a partir de 1876 – ano da “revolução parlamentar” – como sinônimo de corruptela e de confusão. Aquilo que se chamou de revolução foi, contudo, resultado de uma crise ministerial que levou a esquerda ao poder. É possível dizer que em termos gerais o que ocorreu foi uma mistura entre a oposição com elementos moderados e a consequente confusão ideológica entre direita e esquerda. Na realidade, o transformismo passa a definir a adaptação da *sinistra* ao programa político da *destra*, sua transformação, que se definia pela conciliação de interesses entre os diferentes estratos da burguesia, certa liberdade para reformas democratizantes em troca da garantia de postos no governo para a burguesia meridional, ao mesmo tempo em que – em função desta transformação da esquerda – torna-se possível a absorção molecular dos elementos ativos vindos de

baixo no interior do governo, esvaziando, contudo, seu potencial revolucionário, decapitando assim, os movimentos populares e repondo reiteradamente sua subalternidade. Evidentemente, o saldo desta coalisão foi um resultado medíocre para o alargamento da democracia, isto é, reformas pouco significativas do ponto de vista do impacto sobre a educação pública e sobre a política.

O transformismo, portanto, nasceu como uma prática parlamentar mas recebeu sistematização suficiente nos *Quaderni del Carcere* para tornar-se um conceito – uma das formas históricas da revolução passiva – e, deste modo, longe de se restringir ao contexto italiano, torna-se uma importante ferramenta de análise dos Estados contemporâneos. Para consecução do nosso objetivo iniciaremos com a reflexão sobre a questão meridional tal como Gramsci formulou nos escritos pré-carcerários e, posteriormente, pretendemos mostrar como as questões relativas ao par conceitual hegemonia/ subalternidade aparecem no interior da discussão sobre o *Risorgimento* nos *Quaderni*, para, então, apresentar o saldo teórico-metodológico desta reflexão.

Texto completo:

Transformismo, hegemonia e subalternidade no pensamento de A. Gramsci.

Introdução

É possível afirmar que nos textos pré-carcerários dedicados à reflexão da chamada “questão meridional”¹ e nos *Quaderni del Carcere*, em especial no interior da reflexão sobre o *Risorgimento*, A. Gramsci lançou luz sobre os caminhos trilhados pelo recém criado Estado italiano para manter o conjunto das “classes subalternas” – principalmente no *Mezzogiorno* – sob o domínio restrito de suas elites. Antes de abordarmos diretamente este que é o tema central do presente artigo, contudo, devemos esclarecer o que entendemos pelo termo “classes subalternas”, ou, mais especificamente, pela categoria “subalterno”. Como chamou atenção J. Buttigieg (1999, p. 27), esta categoria é ainda hoje pouco estudada, principalmente se comparada a outros conceitos gramscianos, como hegemonia, sociedade civil, revolução passiva, entre outros, que passaram a integrar de modo definitivo o vocabulário fundamental das ciências humanas. O par temático hegemonia/subalternidade, um dos principais eixos de reflexão posterior feita pelo autor no cárcere, ganha, contudo, um novo impulso e dimensão internacional principalmente em função dos recentes *Subaltern Studies*², que trazem novamente a “questão meridional” para o cerne das investigações³.

¹ Os artigos utilizados aqui foram originalmente publicados nos jornais *Il Grido del popolo*, *Avanti!*, *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*. Além destes, utilizamos também *Alcuni temi della questione meridionale*, que A. Gramsci escrevia quando foi preso em 1926. Este manuscrito ficou perdido por alguns anos e foi publicado somente em 1930 em Paris na revista *Lo Stato Operaio* (Cf. AQUECI, 2014, p. 188). Em 1925 Guido Dorso publica o ensaio-manifesto *La Rivoluzione meridionale. Saggio storico-politico sulla lotta politica in Italia*, que recebeu grande atenção e, de acordo com G. Tarascio (2012, p. 56-57), teria sido – juntamente com os debates que ele próprio suscitou naquele contexto – o principal interlocutor de Gramsci quando escreve *Alcuni temi*, um ano mais tarde.

² Os *Subaltern Studies* consistem em um projeto de pesquisa coletiva de um grupo de intelectuais indianos que tomou a categoria “subalterno”, de origem gramsciana, como tema central no início dos anos 1980. Seus principais expoentes são R. Guha, e G. Spivak. As dificuldades de interpretação do conceito gramsciano pelos indianos (em função de suas fontes), somadas à influência de Derrida e Foucault no âmbito das universidades anglo-americanas resultou, contudo, em um notável distanciamento entre os novos usos do conceito no âmbito dos *subaltern studies* e dos *cultural studies* e a teoria política gramsciana. A mais basililar noção gramsciana que sustenta “a análise da subalternidade ligada à divisão de classes na sociedade” foi afastada (cf. LIGUORI, 2011, p. 34). Neste sentido, Buttigieg (1999, p. 29) ressalta que em algumas correntes americanas, como os *cultural studies* e *new storicism*, comumente se encontram ensaios que lançam o termo “subalterno” ao terreno da indeterminação quando não distinguem as várias formas de “subalternidade”. Deste modo, de acordo com o autor, “a subalternidade dos “gays”, das mulheres e dos grupos étnicos como os irlandeses-americanos ou ítalo-americanos torna-se indistinguível – pelo menos no plano

Este interesse renovado pelo estudo da categoria subalterno tem colocado em relevo sua contribuição e sua importância no interior do edifício teórico gramsciano. Ela oferece de fato um adensamento à análise das classes e grupos sociais na medida em que permite qualificar não apenas a relação entre os grupos, mas a qualidade desta relação. Como ressalta Liguori (2011, p. 41) o par conceitual “hegemônico/ subalterno nos oferece categorias mais amplas que as marxistas clássicas (burgueses/ operários)” na medida em que “entrelaça melhor a posição social e a subjetividade, o dado estrutural e o dado cultural e ideológico”. Neste sentido, esta categoria não pode ser entendida como uma negação ou uma crítica à teoria marxista das classes, pelo contrário, ela será tanto mais frutífera quanto mais articulada estiver à análise marxista das classes⁴.

Outro aspecto importante a ser notado é que a categoria de “subalterno” é uma categoria relacional. No pensamento gramsciano a subalternidade não é compreendida como uma qualidade intrínseca, como uma essência estática de qualquer sujeito ou grupo, mas, ao contrário, ela consiste em uma categoria relacional, isto é, que define sujeitos sociais submetidos, seja cultural, política-ideológica e/ou economicamente, a uma relação de subordinação, dominação ou opressão⁵. Destarte, esta categoria só pode ser definida a partir das relações de poder na qual os sujeitos estão inseridos. Neste sentido afirma Thomas (2015, p. 90): “os grupos sociais subalternos não existem simplesmente como tais; eles são produzidos ativamente no interior das relações dialéticas do Estado integral”. Assim sendo, definir os grupos ou

teórico – da subalternidade daquela camada social que não goza dos meios econômicos suficientes para ter uma vida humana digna” (idem).

³ Como ressalta Tarascio (2012, p. 71), estes novos estudos conduzidos fora da Itália suscitaram novas leituras do meridionalismo gramsciano, de modo que “as questões de *Alcuni temi [della questione meridionale]* passam a ser tratadas no interior da dicotomia hegemonia/ subalternidade, em conexão direta com o [...] Caderno XXV”, provocando um renovado interesse sobre o tema na Itália. Estas leituras resultaram na publicação de obras importantes na Itália, Tarascio cita, por exemplo: G. Baratta; G. Liguori (org.), *Gramsci da un secolo all'altro*, Editori Riuniti, Roma 1999; e G. Schirru (org.), *Gramsci, le culture e il mondo*, Viella, Roma 2009 (Cf. TARASCIO, 2012, p. 71). Além destes, é possível citar também COSPITO, 2011; LIGUORI, 2011. O interesse pelo tema hegemônico/ subalterno se espalha atualmente também para o Brasil (Cf. p. ex. SEMERARO, 2012 e 2014; DEL ROIO, 2007) e Estados Unidos (Cf. p. ex. URBINATI, 1998; GREEN, 2011).

⁴ Liguori (2011, p. 39) chama a atenção para o fato de que Gramsci utiliza o termo “classes ou grupos subalternos seja em referência a partes do mundo camponês marcadamente atrasado, seja em referência a classes sociais ‘fundamentais’, ainda não hegemônicas, como a classe operária”.

⁵ De acordo com Liguori (2011, p. 40), Gramsci utiliza os termos subalterna/ subalterno/ subalternas/ subalternos em três acepções principais (não únicas). Em primeiro lugar, para frações da população desagregada, política e culturalmente marginal, nos termos gramscianos, “às margens da história”; em segundo lugar, com referência específica ao proletariado industrial avançado; e, por último, em referência a sujeitos singulares, seja em relação a sua posição social ou aos seus limites culturais.

classes subalternas implica em definir o complexo de relações de forças nas quais estas agem e sofrem a ação dos grupos dominantes⁶.

Nossa proposta neste artigo se concentra, portanto, em analisar a relação hegemônica específica que se desenvolve na Itália risorgimental por meio da revolução passiva, colocando em relevo uma de suas formas históricas – o transformismo (Cf. Q. 8, § 36, p. 962). Neste sentido, pretendemos nos concentrar nas relações estabelecidas entre as elites dominantes (principalmente os intelectuais meridionais) e o conjunto das classes subalternas. Nosso intuito consiste em lançar luz sobre os mecanismos utilizados pelas classes dominantes risorgimentais para a reprodução reiterada da subalternidade. Por este motivo colocamos no centro da reflexão o “transformismo”, “verdadeiro fundamento estrutural da vida política nacional” (RAPONE, 2014, p. 203). Sendo assim, é importante ressaltar que o transformismo – que nasce como uma prática parlamentar – recebeu sistematização suficiente nos *Quaderni* para tornar-se um conceito, deste modo, longe de se restringir ao contexto italiano, torna-se uma importante ferramenta de análise dos Estados contemporâneos.

Para consecução do nosso objetivo iniciaremos com a reflexão sobre a questão meridional tal como Gramsci formulou nos escritos pré-carcerários e, posteriormente, pretendemos mostrar como as questões relativas ao par conceitual hegemonia/subalternidade aparecem no interior da discussão sobre o *Risorgimento* nos *Quaderni del Carcere*.

A questão meridional e a unificação italiana

Num artigo publicado no *Grido del Popolo* em abril de 1916, Gramsci chamava a atenção para a análise do economista Francesco Coletti sobre a situação do país pós-risorgimental, segundo a qual “a unificação das regiões italianas sob um mesmo regime centralizador teria trazido consequências desastrosas para o *Mezzogiorno*” (GRAMSCI, 1980a, p. 228). Isto é, a situação de pobreza e estagnação econômica, social e política das regiões do Sul da Itália com a unificação, ao invés de se resolver, se aprofunda. Enquanto na parte setentrional, desenvolvia-se uma “burguesia audaz e cheia de iniciativa”, capaz de nivelar a organização econômica da região àquela dos Estados europeus, o que tornou possível o desenvolvimento do capitalismo e da indústria, nas regiões meridionais “a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e

⁶ Em apoio a esta definição relacional da categoria de “subalterno”, Liguori (2011, p. 38) observa que, no Q. 3, §90, Gramsci contrapõe “classes subalternas” a “classes dirigentes”, colocando ambas em relação ao Estado e à sociedade civil. Segundo o autor, para Gramsci, as classes são subalternas na medida em que não se “fazem Estado”, permanecendo ao nível da sociedade civil.

não bastava nem mesmo para satisfazer o mercado local, sem estradas, sem portos (...)" (*idem*).

Com a unificação da Itália, de acordo com Gramsci, as duas partes da península foram colocadas em contato íntimo, mas ao contrário desta situação resultar em desenvolvimento para ambas, o que ocorreu – devido a “bestial centralização” –, foi a “emigração de todo dinheiro líquido do *Mezzogiorno* para o *Settentrione*”, em função da “necessidade” de que estas verbas encontrassem “maiores e mais imediatas utilidades na indústria” (*idem*, p. 229)⁷. A política protecionista de produtos industriais aumentava o custo de vida dos camponeses meridionais sem que, contudo, o protecionismo sobre produtos agrícolas tivesse algum impacto significativo para as camadas mais empobrecidas, que, na sua maioria, produzia (quando produzia) apenas para o consumo (cf. *idem*). Um exemplo disto era o protecionismo sobre a produção de grãos, que previa a fixação do preço máximo dos grãos tendo como medida a improdutividade das terras inférteis. Este imposto deveria proteger os camponeses que não possuíam terras férteis, sobretudo os mais pobres do Sul, contudo, como já se disse, isto tinha pouco impacto sobre sua situação uma vez que a maior parte deles não produzia para comercialização, apenas para consumo. Mas, por outro lado, o imposto elevava os já altos ganhos dos produtores de grãos do Valle Padana – região fértil da Itália Setentrional.

De acordo com Gramsci, o estado de monopólio criado pela guerra elevou muito o preço dos grãos e criou a ilusão de que “ainda que semeando na areia seria possível ganhar sempre bastante”, de modo que os produtores do Valle Padana, que não semeavam na areia, mas nas férteis e irrigadas terras da Lombardia e da Emilia especialmente, “realizavam ganhos fabulosos, que somente encontravam paralelo no sobrelucro de guerra dos industriais” (GRAMSCI, 1980b, p. 426). Esta situação, portanto, beneficiava, sobretudo, os grandes produtores rurais e industriais, sendo, entretanto, bastante desfavorável para os mais pobres, seja no campo ou na cidade. Para os operários esta era uma situação gravíssima, pois o imposto sobre grãos elevava o preço do pão, tornando mais cara e difícil a subsistência dos trabalhadores nas regiões industriais.

Contudo, clérigos e grandes proprietários rurais, em aliança, buscavam convencer o camponês de que o protecionismo sobre os grãos era feito, principalmente, em seu benefício e que era legítimo ainda que tivesse um impacto

⁷ Como demonstra Francesco Aqueci, esta leitura gramsciana do *Mezzogiorno*, que aponta para o escoamento dos recursos do Sul para o Norte da península, encontra apoio em leituras contemporâneas ao autor, como, por exemplo, Luigi Sturzo, que chamava a atenção para o favorecimento, por meio do Estado, do capital e do trabalho industrial a partir da absorção dos recursos do campo (Cf. AQUECI, 2014, p. 183).

negativo sobre o custo do pão, isto é, procuravam obter a pressão vinda dos camponeses do Sul e das ilhas para tornar legítimos os ganhos dos grandes produtores de grãos do Norte, desta forma conseguiam criar artificialmente uma oposição entre camponeses e operários. Assim o protecionismo na Itália se enrobustece porque “soube habilmente tornar antagônicos os interesses imediatos do campo e da cidade, e de uma parte da Itália contra a outra” (*idem*, p. 425).

A questão territorial: oposição Norte e Sul

Destarte, para Gramsci, a questão meridional torna-se também uma questão territorial (Cf. GRAMSCI, 1973, p. 49), isto porque criou-se na Itália uma oposição entre Norte e Sul que se sobrepôs e velou a real oposição entre capital e trabalho, produzindo – de ambas as partes – preconceitos úteis à dominação burguesa porquanto minava as chances de organização política unitária entre camponeses e operários. O operário industrial do Norte – de acordo com Gramsci – capitulando à propaganda burguesa, acreditava que o *Mezzogiorno* seria a “bola de chumbo” que se oporia “aos mais grandiosos desenvolvimentos da economia nacional” (Cf. GRAMSCI, 1973a, p. 124). A ideia de que os meridionais seriam biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos por natureza, assim como a convicção de que o atraso do *Mezzogiorno* não seria culpa do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza que os fez “incapazes, criminosos, bárbaros”, estavam impressas nas mentes dos operários que, evidentemente, sofriam a influência da propaganda difundida pelos órgãos de opinião pública na Itália setentrional (Cf. GRAMSCI, 1973b, p. 158). Por outro lado, o camponês do Sul enxergava o Norte da Itália como um bloco uno de inimigos de classe (Cf. GRAMSCI, 1973a, p. 124), preconceito que o mantinha cimentado às mais reacionárias lideranças meridionais e repunha reiteradamente sua condição de subalternidade.

Os camponeses meridionais tiveram que suportar, portanto, não apenas a exploração e o domínio voraz de suas elites, mas também tiveram que aceitar a responsabilidade por sua própria miséria e atraso. Esta situação não se altera fundamentalmente com a modernização do aparelho do Estado italiano, recém-saído do processo de unificação. De acordo com Gramsci, a classe dominante italiana, quando não teve mais condições de governar a partir de uma ditadura de classe exclusivista, isto é, quando não conseguiu mais manter a dominação apenas entre uma elite restrita, sob pena de ser superada, foi obrigada a delinear uma democracia burguesa. As opções eram as seguintes: uma “democracia rural” a partir da aliança com os camponeses meridionais, que exigiria uma política de liberdade alfandegária,

de sufrágio universal, de descentralização administrativa e de baixos preços de produtos industriais; ou uma democracia orientada pelo bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com política de protecionismo alfandegário, manutenção da centralização estatal, acompanhados de políticas reformistas de salários e liberdade sindical. Evidentemente a segunda opção foi a escolhida (GRAMSCI, 1973b, p. 162).

Esta democracia orientada pelo “bloco industrial capitalista-operário” evidentemente não estava aberta à participação ativa dos trabalhadores, pelo contrário, buscava incorporar os movimentos operários, os partidos populares e socialistas ao domínio burguês. O efeito mais deletério para o movimento operário e, conseqüentemente, para a construção da hegemonia das classes subalternas foi a ausência de autonomia do movimento em relação ao Estado, de acordo com Gramsci o plano de Giolitti⁸ em sua plena aplicação tornaria o proletariado torinense inexistente enquanto classe independente, passando a existir apenas “como um apêndice do Estado burguês” (*idem*, p. 163). A questão então seria rejeitar a aliança operário-burguesa e buscar unidade com os camponeses, principalmente os meridionais. Para isto importava superar tanto o corporativismo e o reformismo no seio do próprio movimento operário, quanto a atuação dos intelectuais meridionais entre os camponeses. Os intelectuais meridionais, por outro lado, pretendiam sedimentar o bloco agrário⁹, manter o *status quo* a partir da afirmação da ideia de que os interesses dos trabalhadores do Norte seriam diversos do Sul e que, portanto, o inimigo de classe dos camponeses meridionais não seria a burguesia, rural ou industrial, mas o operariado urbano (Cf. *idem*, p. 166).

De acordo com Gramsci, ao contrário dos intelectuais industriais, cuja característica seria a inovação, a capacidade de direção e organização técnica, os intelectuais meridionais constituíam um “velho tipo”¹⁰, isto é, um tipo presente onde as

⁸ Giovanne Giolitti ocupou o cargo de Primeiro Ministro na Itália por um período que, no total, somam dez anos e meio, sendo seu primeiro mandato no período entre 1892 e 1893 e o último entre 1920 e 1921.

⁹ A sociedade meridional era, de acordo com Gramsci, um “grande bloco agrário” que se constituía de três estratos sociais: as massas camponesas; os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (Cf. *idem*, p. 164). A importância dos intelectuais meridionais se expressava pela sua presença na burocracia estatal, de acordo com Gramsci, mais de 3/5 desta eram constituídos por meridionais (*idem*, p. 165).

¹⁰ Temos aqui um esboço da conceituação do “intelectual” como dirigente político, que representa interesses de classe. Nos *Quaderni del Carcere* Gramsci avançará na caracterização destes intelectuais a partir do conceito de “intelectual tradicional”, em oposição aos modernos tipos de intelectuais ligados à sociedade capitalista, os “intelectuais orgânicos” (Cf. Q. 12, §1, p. 1513-1523 - para fins de simplificação citaremos os *Quaderni del Carcere* –

forças econômicas capitalistas não conseguiram se desenvolver ao ponto de se generalizar e, por isto, permaneceram marginais, de modo que a agricultura desempenha um papel central. Nestas formações o corpo de funcionários de Estado, composto por estes intelectuais, principalmente no âmbito local, na aldeia ou na vila rural, exercita a função de intermediação entre o camponês e a administração pública em geral. Sua atuação era complexa e difícil de caracterizar: “democrata em face aos camponeses, reacionário na face voltada ao grande proprietário e ao governo, politiqueiro, corrupto, desleal (...)” (*idem*, p. 165). Sua classe de origem, contudo, podia ser facilmente reconhecida: a burguesia rural, isto é,

“o pequeno e médio proprietário de terra que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonharia de ser agricultor, mas que da pouca terra que tem, que arrenda ou negocia por meação simples, pretende retirar: do que viver convenientemente, do que mandar a universidade ou ao seminários os seus filhos, do que dar o dote às filhas que devem esposar um oficial ou um funcionário civil do Estado. Deste estrato os intelectuais recebem uma áspera aversão pelo camponês, considerado como máquina de trabalho que deve ser desmantelada até o osso e que pode ser substituída facilmente dada a superpopulação trabalhadora: absorvem também o sentimento atávico e instintivo do medo da multidão camponesa e das suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas” (*idem*).

Destarte, este bloco agrário atuou historicamente para manter os camponeses distantes da política, isto é, trabalharam para aparecerem como seus porta-vozes, defensores de seus interesses, contudo, sempre buscaram impedir qualquer ação autônoma ou aliança com operários urbanos, representando um bloqueio para as classes subalternas na luta pela direção política na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci: “seu único objetivo é conservar o *status quo*”, isto é, este “monstruoso bloco agrário” cimenta o camponês meridional ao grande proprietário por meio dos intelectuais e atua em seu conjunto como “intermediário e como sentinela do capitalismo setentrional e dos grandes bancos” (*idem*, p. 166). São justamente estes intelectuais meridionais que, a partir do loteamento do Estado, representaram um dos freios mais eficazes das reformas democratizantes quando da chegada da esquerda ao poder, no processo que ficou conhecido como “revolução parlamentar”.

A “Revolução parlamentar” e a Meridionização do Estado

Na cultura política do imediato pós *Risorgimento*, o Parlamento representava “o centro legitimador” do processo político, isto é, “a única verdadeira arena nacional de

GRAMSCI, 2007 - utilizando a letra Q. seguida do número do caderno, do parágrafo e da página da obra).

concepção política” (CAMMARANO, 2011, p. 12). De acordo com Cammarano, desde antes da unificação, a política cavourniana¹¹ trabalhou arduamente para que houvesse uma forte aceleração para ascensão do Parlamento enquanto instituto que encarnava o princípio liberal de mediação política entre as forças constitucionais presentes no país, operando essencialmente como centro de equilíbrio entre interesses regionais conflitantes. Por este motivo, fora do Parlamento, a dimensão ideológico-organizativa permanece, ao menos até 1876, “uma perspectiva decisivamente marginal” (*idem*, p. 12-13). O parlamento enfrenta, contudo, logo após a unificação, uma forte crise, um crescente sentimento de antiparlamentarismo animado pelas evidências de corrupção e corporativismo das suas lideranças, pela centralização burocrática e pela pouca participação popular na política institucional. Esta crise no parlamento se expressa por meio de um novo vocabulário que surge entre seus críticos. A partir de 1865 surgem termos como “*consorteria*” e “*favoritismo*” para caracterizar práticas políticas deploráveis a serem rejeitadas. O termo “*transformismo*” passa a ser frequente no vocabulário a partir de 1876 – ano da “revolução parlamentar” – como sinônimo de corruptela e de confusão (cf. ALBERTONI, 1965, p. 81). Silvio Spaventa reconhecia no sufrágio restrito uma das causas da corruptela e na composição limitada e classista dos partidos, causa ulterior das disfunções da vida pública, isto é, os partidos nasciam de uma mesma classe, da burguesia, que já se constituía como camada dominante (cf. *idem* p. 81-82, nota 45). De acordo com De Ruggiero, “a insuficiência da vida econômica e social coincidem com o subdesenvolvimento do pensamento político liberal e explicam também as insuficiências das instituições representativas nascidas e crescidas em um país de estrutura tão frágil” (*idem*, p. 88).

O fato do termo “transformismo” ser mais frequente no ano da “revolução parlamentar” evidentemente não é acidental. Aquilo que se chamou de revolução foi na realidade resultado de uma crise ministerial que levou a esquerda ao poder. É possível dizer que em termos gerais o que ocorreu foi uma mistura entre a oposição com elementos moderados, isto é, “a passagem de uma parte da Câmara da oposição ao governo e o refluir de uma parte dos moderados à oposição” (*idem*, p. 90-91). Esta oposição nasce nos anos 1870 e difere dos princípios da *Sinistra Storica*, de inspiração mazziniana e garibaldina¹². Esta nova versão da esquerda é muito mais

¹¹ Sobre a análise gramsciana a respeito da direção política do conde de Cavour durante o *Risorgimento* consultar SUPPA, 2009, p. 114-117.

¹² Aqui nos referimos à *Sinistra Storica* italiana que surgiu da confluência da esquerda no parlamento piemontês reunindo expoentes da tradição mazziniana e garibaldina. O grupo se reorganizou depois de 1848-1849 no *Partito d'azione*, e, após a unificação, a partir da chamada “*sinistra giovane*”. No período pós-risorgimental seus expoentes mais notáveis foram A. Depretis, B. Cairoli, F. Crispi, G. Nicotera, G. Zanardelli (cf. [http://www.treccani.it/enciclopedia/sinistra-storica-italiana_\(Dizionario-di-Storia\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/sinistra-storica-italiana_(Dizionario-di-Storia)/)). Consulta em

aberta aos acordos, menos ligada aos princípios, mais “realista” ou pode-se dizer, mais pragmática, é a chamada *Sinistra Giovane* (cf. CAMMARANO, 2011, p. 19, 20; cf. também PROCACCI, 1975, p. 404). Ela se compunha por camadas da burguesia setentrional e meridional, além de estratos democratas, ainda ligados as vertentes mazziniana e garibaldina (Cf. CAMMARANO, 2011, p. 18). Havia, contudo, uma diferença importante entre estes diferentes estratos burgueses: enquanto a burguesia setentrional estava mais voltada para o alargamento da democracia, defendendo uma política fiscal menos austera, o alargamento do sufrágio eleitoral, maior descentralização e democratização do Estado; a burguesia meridional estava muito menos preocupada com um Estado democrático e mais interessada em diminuir impostos e aumentar os repasses de fundos públicos para o *Mezzogiorno* (Cf. PROCACCI, 1975, p. 404). Na realidade, ocorria uma conciliação de interesses, certa liberdade para reformas democratizantes em troca da garantia de postos no governo para a burguesia meridional, dando origem à chamada “meridionização da administração pública” (*idem*, p. 407).

Evidentemente, o saldo dessa coalisão foi um resultado medíocre para o alargamento da democracia, isto é, reformas pouco significativas do ponto de vista do impacto sobre a educação pública e sobre a política. A reforma eleitoral de 1882 se limitou à aprovação do rebaixamento do censo, da idade e do grau de instrução exigidos para compor o colégio eleitoral. Esta reforma, que elevou o número de eleitores de 500 mil para 2 milhões na Itália, foi desenhada, contudo, de modo a favorecer mais a cidade que o campo. Quem, de fato, saiu beneficiada foi a pequena burguesia e os estratos mais elevados do operariado e dos artesãos (*idem*, p. 407-408). Em decorrência disto, enquanto a burguesia do Norte encontrou possibilidades de desenvolvimento econômico, no Sul, a reforma teve um impacto muito pequeno, de modo que a política permaneceu restrita à elite e refém das clientelas (*idem*, p. 408), de modo que, ao contrário de se resolver as contradições regionais, aprofundou aquelas já existentes.

Transformismo e Revolução passiva

01/09/15). Como observa Voza, nos *Cadernos do Cárcere*, a análise gramsciana sobre Giuseppe Mazzini (1805-1872), principal liderança da *Sinistra storica*, constitui um dos elementos mais relevantes da interpretação do *Risorgimento* italiano. Neste sentido a relação Cavour-Mazzini encontra-se no centro da problemática da revolução passiva: enquanto Cavour pode ser considerado o expoente da revolução passiva - guerra de posição, Mazzini seria o expoente da iniciativa popular, da guerra de movimento (Cf. VOZA, 2009, p. 524).

Como fica evidente, a prática do transformismo se coloca no cerne deste processo de modernização do aparelho de Estado em sentido capitalista que se fez acompanhar pela ação das elites políticas para a manutenção da ordem. O termo transformismo, que, como procuramos demonstrar, torna-se frequente no seio da crise da democracia parlamentar do recém-criado Estado italiano, ganha generalidade e sistematização suficientes para se tornar propriamente um conceito no pensamento de Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, contudo, já está presente nos escritos anteriores. Como bem observa Salvatore Cingari (2012, p. 67), a crítica do transformismo tem um importante significado para a gênese do pensamento gramsciano porquanto é possível encontrar um forte traço desta crítica já nos primeiros escritos do autor, como *Neutralità attiva ed operante*, publicado no ano de 1914 em *Il Grido del popolo*. Neste artigo Gramsci sublinha como a “grande massa do povo” na Itália demonstra pouco interesse pela política, sendo uma presa fácil para “quem saiba demonstrar energia e visão clara dos próprios destinos” (idem; ver também GRAMSCI, 1980, p. 12). Em 1916 no artigo *Contro il feudalismo econômico*, Gramsci refere-se mais diretamente ao transformismo no interior da crítica ao partido liberal. Ali o autor afirma que no intuito de tornar-se grande, abraçando todas as ideias e tendências, o partido liberal acabara por não “ter mais nenhuma ideia e não representar mais ninguém”, desenvolvendo “uma política equívoca de transformismo, de reação, de feudalização (...)” (GRAMSCI, 1980c, p. 544; CINGARI, 2012, p. 68). No mesmo sentido, Rapone (2014, p. 203), chama a atenção para a presença desta crítica ao transformismo já nos escritos pré-carcerários. Ainda que nos escritos anteriores ao cárcere não receba uma definição acabada, o transformismo comparece no pensamento do jovem Gramsci no “modo típico dos *Quaderni del Carcere*”, isto é, “não como mero expediente de tática parlamentar ou método de formação de maiorias parlamentares circunscrito a uma determinada conjuntura histórica, mas como corrente de fundo, verdadeiro fundamento estrutural da vida política nacional” (idem).

Nos *Quaderni del Carcere* Gramsci definirá o transformismo já no *Primo Quaderno*, no interior da conceituação de hegemonia e da discussão sobre o *Risorgimento*:

O critério histórico-político sobre o qual se deve fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isto, uma classe antes de chegar ao poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o *Partido d’Azione* também depois de 1870 e o “transformismo” é expressão desta ação de direção; toda a política italiana de 1870 até hoje é caracterizada pelo “transformismo”, isto é, a elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848, com a absorção dos elementos

ativos vindos das classes aliadas e também das inimigas. A direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas e à sua impotência (Q. 1, § 44, p. 41).

O “exercício ‘normal’ da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar” é definido por Gramsci por meio do pensamento de Maquiavel, traduzindo as boas armas e as boas leis, alicerces do Estado em *Il Principe*, como o justo equilíbrio entre força e consenso, isto significa que a força não deve suplantar em muito o consenso, ao contrário, deve aparecer apoiada pelo consenso da maioria” (Q. 1, § 48, p. 59)¹³. Em outro lugar o autor define hegemonia como consenso “encouraçado de coerção” (Q 6, § 88, p. 763-764). De modo que o processo de construção de uma nova hegemonia inicia-se na sociedade civil, com a construção do consenso, da direção política e se completa quando a classe torna-se capaz de ser dominante, por meio da tomada do poder de Estado. O que ocorreu no *Risorgimento*, como observa Gramsci, foi uma inversão da fórmula de hegemonia, isto é, enquanto o “exercício normal” da hegemonia toma o consenso como elemento central no Estado, na Itália risorgimental, ao contrário, “a direção política torna-se um aspecto do domínio”. Em outros termos, não temos mais o “consenso encouraçado de coerção”, mas é a coerção que estaria agora encouraçada de consenso. Esta situação conforma um Estado autoritário na medida em que a centralização burocrática e a democracia restrita, mantidos pelos recorrentes processos de transformismo, paralisam o adversário porquanto tolhem suas lideranças e decapitam as classes subalternas, mantendo-as em sua subalternidade. Este processo de inversão da fórmula da hegemonia, que torna o Estado muito mais apoiado na força (e na fraude) do que no consenso, enfraquece politicamente as classes subalternas na medida em que impedem ou dificultam a formação de intelectuais orgânicos vindos de baixo. O Estado, deste modo, assume um papel paternalista e protetor sobre estas classes que nunca conseguem unidade suficiente para formação de uma direção consciente e autônoma.

Nos *Quaderni del Carcere*, portanto, Gramsci avança na análise sobre o *Risorgimento* sintetizando o conhecimento acumulado e as experiências de lutas anteriores ao cárcere (para as quais seu “meridionalismo” e sua experiência militante no Norte da Itália foram fundamentais) emprestando, assim, uma visão mais ampla ao transformismo, isto é, expandindo-a para além dos processos parlamentares. No *Caderno 8* o autor definirá o transformismo como umas das formas históricas da revolução passiva (Cf. Q. 8, § 36, p. 962). De acordo com Gramsci, nos Estados

¹³ Sobre a influência do pensamento de Maquiavel em Gramsci consultar BIANCHI; ALIAGA, 2011.

européus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês a modernização do aparelho de Estado se daria sem a explosão revolucionária, isto é, sem a mudança radical e violenta das relações sociais e políticas, mas, por meio de ondas reformistas moleculares, que expressam a conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes feudais (cf. Q. 10II, §61, p. 1361). O conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas [...] sem explosões revolucionárias como aquela originária francesa” define um processo de revolução sem revolução. Estas ondas reformistas modernizam o aparelho de Estado conservando as antigas classes no poder, e ao mesmo tempo absorvem molecularmente as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitando as massas e, assim, impedindo sublevações violentas vindas de baixo (*idem*).

Nos *Quaderni*, Gramsci chamará também maior atenção para o papel fundamental que os intelectuais tiveram na direção dos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês, como é o caso da Itália. Nestes contextos, o impulso para o progresso não está baseado no desenvolvimento econômico nacional, mas naquele internacional, isto é, a revolução burguesa se desenvolve a partir do impulso dos países centrais, principalmente sob a influência da Revolução Francesa (Cf. Q. 10II, §61, p. 1361). Deste modo, o desenvolvimento econômico internacional envia para a periferia suas correntes ideológicas (que nascem com base no desenvolvimento econômico dos países mais avançados no capitalismo). Assim, em nível nacional, o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas os intelectuais (Cf. Q. 10II, §61, p. 1361).

Aqui se compreende a centralidade dos intelectuais capazes de cimentar estas classes e levar a cabo uma série de reformas burguesas a partir do alto, a partir dos arranjos e conciliação entre as diferentes frações da burguesia, donde deriva a indiferenciação ideológica e a exclusão das massas populares da política parlamentar. Neste sentido, o processo de absorção no Estado dos intelectuais vindos de baixo torna-se fundamental para bloquear a criação de uma nova hegemonia. Como se vê, Gramsci desloca o eixo da discussão da crise do regime parlamentar para uma análise da formação do Estado, evidenciando que os problemas envolvidos na questão meridional não podem ser interpretados como mera conjuntura, superáveis com reformas pontuais feitas pelo Estado ou mesmo pela “renovação” do parlamento. A permanência de elites reacionárias, antiliberais no poder, que trabalham continuamente para tolher a ação política subalterna, para inibir a iniciativa popular e a autonomia dos movimentos operários e camponeses, que culmina na manutenção de enormes diferenças sociais (e regionais), são, sob este ponto de vista, fenômenos produzidos e reproduzidos pela estrutura a partir da qual o Estado burguês se formou.

Considerações Finais

Como procuramos demonstrar, para Gramsci, a questão meridional não se refere exclusivamente ao *Meridione*, mas sim a toda a Itália e ao seu Estado, às relações políticas e econômicas que se estabeleceram entre o *Settentrione* e o *Meridione*, às falsas oposições que foram criadas entre trabalhadores do Norte e do Sul, ao desenvolvimento do capitalismo sobre as bases atrasadas do domínio de elites reacionárias, das alianças entre burguesia industrial, burguesia agrária e a Igreja Católica para modernização do aparelho de Estado sem profundas transformações na base econômica e das classes no poder. Neste sentido, é possível afirmar que esta reflexão extrapola tanto a particular realidade italiana como os limites dos debates desenvolvidos no interior do partido comunista e do movimento socialista nas décadas de 1920 e 1930.

A questão meridional, interpretada em conjunto com os *Quaderni del Carcere*, nos fornece, cremos, mais que uma mera análise da história política da Itália, mas uma orientação teórico-metodológica para estudo da formação dos Estados burgueses posterior à Revolução Francesa. Neste sentido, não são as críticas às práticas parlamentares ou à má formação da classe política o elemento mais importante a considerar quando se pretende uma análise crítica da democracia liberal e sim o processo específico de desenvolvimento do Estado em sentido capitalista nestas formações em atraso. Nestes Estados, as classes dominantes – sobretudo por meio do transformismo – mantêm uma relação de dominação mais do que de direção com as classes subalternas, que não conseguem superar a subalternidade em função dos efeitos bloqueadores reiteradamente repostos por medidas socioeconômicas, que, principalmente pela via fiscal, drenam os recursos do conjunto das classes trabalhadoras, fragilizando-as e piorando suas condições de vida, bem como por processos políticos e ideológicos presididos pelo Estado, dentro e fora do parlamento, que tem como principal objetivo silenciar a voz dos subalternos e impedir a construção de uma nova hegemonia.

Bibliografia

ANDREA, G. D.; GIASI, F. (org.). *Il Mezzogiorno e l'Italia*, Roma: Studium, 2013.

ALBERTONI, E. A. *La teoria della classe politica nella crisi del parlamentarismo*. Milano: Istituto editoriale Cisalpino, 1968.

- AQUECI, F. "Nord e Sud, America e Italia, la questione meridionale in due grandi nazioni industriali". *Paradigmi. Rivista di critica filosofia*, n° 3, 2014.
- BUTTIGIEG, J. A. "Sulla categoria gramsciana di 'subalterno'". In BARATTA, G.; LIGUORI (org.). *Gramsci da un secolo all'altro*, Roma: Editori Riuniti, 1999.
- BIANCHI, A.; ALIAGA, L. "Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci". *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. n° 5, 2011.
- CAMMARANO, F. *Storia dell'Italia liberale*. Roma-Bari: Laterza, 2011.
- CINGARI, Salvatori. "Antonio Gramsci, il trasformismo e l'Italia della globalizzazione". *Italia contemporanea*, n. 266, março, 2012.
- COSPITO, G. "EGEMONIA". In _____ *Il ritmo del pensiero. Per una lettura diacronica dei "Quaderni del carcere" di Gramsci*, Bibliopolis, Napoli 2011.
- DEL ROIO, M. "Gramsci e a emancipação do subalterno". *Revista de Sociologia política* n° 29, 2007.
- FRANCIONI, G. *L'Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del Carcere"*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, A. "Neutralità Attiva ed Operante". *Il Grido dei Popolo*, 31 outubro 1914. In_____. *Cronache Torinesi (1913-1917)*, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi editore 1980.
- GRAMSCI, A. "Il Mezzogiorno e la guerra", *Il Grido del popolo*, 1º Abril 1916. In_____. *Cronache Torinesi (1913-1917)*, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi editore 1980a.
- GRAMSCI, A. "Clericali e agrari". *Avanti!*, 7 Julho 1916, In_____. *Cronache Torinesi (1913-1917)*, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi editore 1980b.
- GRAMSCI, A. "Contro il feudalismo econômico". *Il Grido dei Popolo*, 16 setembro 1916. In_____. *Cronache Torinesi (1913-1917)*, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi editore 1980c.
- GRAMSCI, A. "Il Mezzogiorno e il facismo", *L'Ordine Nuovo*, 15 Março 1924. In_____. *Scritti politici III*, a cura di Paolo Spriano, Roma : Editori Riuniti, 1973.
- GRAMSCI, A. "Il significato e i risultati del III Congresso del Partito comunista d'Italia", *L'Unità*, 24 Fevereiro 1926. In_____. *Scritti politici III*, a cura di Paolo Spriano, Roma : Editori Riuniti, 1973a.
- GRAMSCI, A. "Alcuni temi dela questione meridionale", 8 novembro 1926. In_____. *Scritti politici III*, a cura di Paolo Spriano, Roma : Editori Riuniti, 1973b.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 2007.

- LIGUORI, G. "Tre accezioni di 'subalterno' in Gramsci". *Critica Marxista*, Roma, n. 6, 2011.
- PROCACCI, G. *Storia degli italiani*. Roma-Bari: Laterza, 1975.
- RAPONE, L. *O Jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.
- SEMERARO, G. "Subalternos e periferias: uma leitura a partir de Gramsci". *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 4, n. 1, jun. 2012.
- _____. "Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25". *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan.-mar. 2014.
- SUPPA, S. "Cavour, Camillo Benso, conte di". In LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). *Dizionario gramsciano. 1926-1937*. Roma, Carocci, 2009.
- TARASCIO, G. "Gramsci e la questione meridionale. Genesi, edizioni e interpretazioni". *Historia Magistra - Rivista di Storia Critica*, ano IV, n. 9, 2012.
- THOMAS, P. "Cosa rimane dei subalterni alla luce dello 'Stato integrale'". *International Gramsci Journal*, 1(4), 2015.
- URBINATI, N. "From the periphery of modernity. Antonio Gramsci's Theory of Subordination and Hegemony". *Political Theory*, Vol. 26, no. 3, Jun., 1998.
- VOZA, P. "Mazzini, Giuseppe". In LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). *Dizionario gramsciano. 1926-1937*. Roma, Carocci, 2009.
- WOOLF, S. J. "La storia politica sociale". In AAVV. *Storia d'Italia. Dal primo Settecento all'unità*. Torino: Einaudi, v. 3, 1973.